

Waldemir Rodrigues



DIREITO Suplicy leu em Barcelona mensagem do presidente Lula em defesa da renda mínima

Suplicy é eleito presidente de fórum mundial da renda mínima

O senador Eduardo Suplicy e Guy Standing, diretor da Organização Internacional do Trabalho, foram eleitos presidentes da Basic Income Earth Network. Trata-se de um fórum mundial para discutir experiências de renda mínima e programas semelhantes.

Página 2

Tourinho cobra da Anatel mais transparência em conta telefônica

O senador Rodolpho Tourinho sugere à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que garanta aos usuários de telefones uma conta mais transparente. Para ele, é impossível controlar as ligações locais.

Página 4

Inscrições ao Prêmio Bertha Lutz terminam em 1º de novembro

Qualquer entidade que desenvolva atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher poderá indicar um nome de candidata ao diploma. Escolha das agraciadas caberá ao Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Página 3



Roosevelt Pinheiro

DISTINÇÃO Os diplomas do Prêmio Bertha Lutz são entregues em sessão do Senado (na foto, a solenidade da última premiação, em 9 de março deste ano)

Parte do projeto da biossegurança pode se tornar medida provisória

Uma medida provisória autorizando o plantio de soja transgênica, como já ocorreu no ano passado,

pode ser editada pelo presidente Lula. A diferença é que a MP deve aproveitar parte do texto do projeto

da Lei de Biossegurança em discussão no Senado. O próprio presidente admitiu essa possibilidade.



Página 3

Atritos com Argentina preocupam Azeredo

Página 4

fotos: Roosevelt Fmheiro



AVANÇO Fátima Cleide defende aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente

Fátima Cleide quer pena maior para pornografia

Integrante da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) destacou a relevância do projeto de lei do Senado (PLS 254/04) que aperfeiçoa o enquadramento penal do ato de apresentar, fotografar, filmar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes.

Segundo explicou a senadora em entrevista à Rádio Senado, o Estatuto da Criança e do Adolescente contém falhas quanto à repressão e à punição dos envolvidos com o crime de exploração de pornografia infantil pela mídia.

Além de prever pena de prisão de até seis anos e multa, o projeto determina que a mesma punição serve para quem agenciar, autorizar, facilitar ou intermediar a participação de menores em cenas de sexo explícito ou pornográfico. E vale também para aqueles que viabilizarem o armazenamento, físico ou digital, de fotos ou imagens com esse teor, ou que garantam, disponibilizem ou facilitem a consulta às mesmas pela Internet.

■ Em Barcelona, entidade discute a implantação de programa de combate à desigualdade social

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e Guy Standing, diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foram eleitos ontem presidentes da Basic Income Earth Network (Rede da Renda Básica para a Terra), fórum mundial para discussão de experiências de renda mínima, bolsa-escola, imposto de renda negativo, crédito fiscal e renda de cidadania no mundo. A eleição ocorreu durante o



PARTICIPAÇÃO Suplicy foi um dos conferencistas do congresso realizado em Barcelona, na Espanha

"X Congresso Internacional da Renda Básica", em Barcelona (Espanha). No evento, foi discutida a implantação de um programa de renda e de

combate à desigualdade social. Suplicy lembrou que autores como o indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, advertem que as pessoas só poderão alcançar a verdadeira liberdade depois que tiverem atendidas as necessidades essenciais.

O senador leu durante a conferência mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos participantes, propondo que seja assegurada essa renda para toda a população do planeta.

A lei que garante renda mínima aos brasileiros (nº 10.835), que deve entrar em vigor em 2005, se originou de projeto apresentado por Suplicy e prevê a transferência de

renda a todos os brasileiros e estrangeiros residentes há mais de cinco anos no país. A renda seria garantida a todos, sem qualquer exigência de comprovante de rendimento ou trabalho.

Sete países (Dinamarca, Áustria, Argentina, Estados Unidos, França, Espanha e África do Sul) anunciaram a implantação das redes de renda básica em seus governos. Além disso, os brasileiros presentes ao congresso criaram a Rede Brasileira de Renda Básica de Cidadania (RBRBC). O objetivo é estimular estudos e pesquisas sobre experiências que levem à instituição de uma renda básica para os brasileiros no futuro.

Agenda



Plenário

A sessão de hoje, marcada para às 9h, é não deliberativa, ou seja, destinada aos comunicados da Mesa e a pronunciamentos dos parlamentares. A votação das matérias em pauta será retomada no próximo dia 5, após as eleições municipais.

Ataulfo Alves na Rádio Senado

A Rádio Senado apresenta amanhã, às 22h, o programa *Vozes do Século XX*, Ataulfo Alves – *Obras Desconhecidas*, com canções interpretadas pelo autor e

por artistas como Carmen Miranda, Felisberto Martins e Orlando Silva. O programa é apresentado por Artur da Távola.

TV Senado

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e o engenheiro Flávio Garcia discutem a gestão de florestas públicas no programa *Cidadania*, que a TV Senado exibe amanhã, às 13h30.

A Voz do Cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas de todo o país pelo telefone 0800-61-2211. O atendimento funciona 24 horas por dia.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



ASSISTENCIALISMO Pavan diz que fim da exigência da presença escolar retira alcance social do programa

Pavan defende fiscalização para Bolsa-Família

O governo federal está transformando um programa de alcance social amplo em medida meramente assistencialista, ao deixar de exigir que as crianças beneficiadas com o programa Bolsa-Família compareçam a 85% das aulas. A opinião é do senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

De acordo com a lei que criou o Bolsa-Família, o pagamento do benefício às mães é condicionado à presença das crianças na escola. Mas, recentemente, o governo foi alvo de denúncias de que a verificação da frequência não era feita adequadamente e acabou por suspender a fiscalização desse controle, segundo o senador.

Leonel Pavan incluiu em seu discurso editorial publicado no último dia 12, no jornal *Correio Braziliense*, intitulado "Passo atrás na cidadania", que critica a falta de fiscalização do programa do governo.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



QUALIDADE Secretaria Geral da Mesa gera as informações do novo serviço, criado pela Secretaria Especial de Informática (Prodasen)

Ordem do dia eletrônica facilita acesso dos cidadãos

A partir de agora, qualquer cidadão pode ter, via Internet, acesso aos textos integrais dos projetos a serem votados no Plenário do Senado. Basta conectar-se, de qualquer lugar, à página da instituição, escolher a opção *Atividades Legislativas, Plenário* e o usuário terá acesso à ordem do dia eletrônica, ou seja, à versão digital do documento que guia as votações diárias no Plenário do Senado.

Com a digitalização da ordem do dia, será possível também economizar diariamente grande quantidade de papel. Em dias de votações complexas, cada ordem do dia pode chegar a ter centenas de páginas. Agora, durante as votações, os senadores acessarão as mesmas informações que constavam da versão impressa via computadores portáteis instalados nas bancadas do Plenário.

Entre os dados disponíveis para os senadores e para os internautas na versão digital da ordem do dia, estão: nomes dos oradores inscritos para discursar na sessão; lista de matérias a serem examinadas com seus textos integrais e anexos, remissões a textos legais, pareceres e avulsos; agenda para as próximas sessões; projetos que aguardam emendas ou recursos; e a composição do Senado.

A medida aprofunda a política de transparência na qual o Senado vem investindo há alguns anos e que levou a

Casa a ser uma das primeiras instituições públicas a manter página na Internet e a criar uma estrutura própria de comunicação social.

A ordem do dia eletrônica entrou no ar no último dia 20 em fase experimental e os técnicos responsáveis pela inovação desejam receber sugestões dos usuários, via *e-mail*. O objetivo é submeter a ordem do dia à demanda para verificar, na prática, o comportamento do dispositivo. As informações constantes da ordem do dia eletrônica são geradas pela Secretaria Geral da Mesa e o projeto de criação do banco de dados está a cargo da Secretaria Especial de Informática (Prodasen).

Para viabilizar esse sistema, o Prodasen integrou diversos sistemas e bancos de dados da Casa. A partir dos elementos colhidos, a ordem do dia chega aos computadores portáteis do Plenário por meio de uma rede sem fio.

O sistema está baseado em banco de dados relacional da Oracle e a linguagem utilizada é o Active Server Pages (Asp), da Microsoft, o que integra o serviço à Intranet do Senado. O projeto foi também desenvolvido em XML (Extensible Markup Language), o que facilita o acesso e dá mais velocidade à pesquisa, uma vez que armazena dados nos próprios *notebooks* e PCs, deixando os servidores livres apenas para atualizações de dados.

Prêmio reconhece luta da mulher pela igualdade

■ Prazo para indicação ao Diploma Mulher-Cidadã vai até 1º de novembro, anuncia Serys Slhessarenko

As indicações das candidatas à quarta edição do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz deverão ser encaminhadas à Mesa do Senado Federal, acompanhadas do respectivo *curriculum vitae* e da justificativa, até o próximo dia 1º de novembro. A informação é da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente do conselho responsável pela concessão do prêmio.

O diploma é conferido, anualmente, em sessão do Senado realizada durante as atividades do Dia Internacional da Mulher (8 de março), a cinco mulheres de diferentes áreas de atuação. Serão homenageadas as cidadãs brasileiras que tenham



CRITÉRIOS Serys explica que entidades que valorizam a mulher poderão indicar nomes

oferecido relevante contribuição à defesa dos direitos das mulheres e das questões de gênero no país.

De acordo com a senadora, toda entidade, governamental ou não-governamental, de âmbito nacional que desenvolva atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher poderá indicar um nome de candidata ao diplo-

ma, a cada ano. A escolha das agraciadas caberá ao Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, composto por um representante de cada partido político com assento no Senado, informou Serys.

– Em todas as edições do diploma, o Senado Federal reconheceu publicamente a luta das mulheres pela igualdade, o que, mais do que uma homenagem, estimula a nossa caminhada em busca de direitos, justiça social e democracia. Temos a convicção de que, no próximo ano, essa homenagem representará mais um passo na valorização e no reconhecimento da mulher na construção e no desenvolvimento social, econômico, cultural e político de nosso país – disse a senadora.

Para maiores informações, os interessados poderão entrar em contato com o gabinete de Serys pelos fones: (61) 311-2291 e 311-2297 e fax (61) 311-2721.

Parte do projeto da Lei de Biossegurança pode virar MP

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá editar medida provisória (MP) autorizando o plantio de soja transgênica no Brasil, como já ocorreu no ano passado. A diferença é que a MP poderá aproveitar a parte do texto do projeto da Lei de Biossegurança que trata dos transgênicos (PLC 9/04). A sugestão foi dada pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo na Casa. Mas o próprio presidente disse que isso só será feito se houver acordo no Senado, onde o projeto de lei tramita desde fevereiro e já passou por três comissões, encontrando-se atualmente em Plenário, pronto para ser votado. O relator da matéria é o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Em outubro começa a época do plantio de soja no Sul do país e há uma pressão por parte dos produtores para que o governo edite novamente uma MP autorizando o uso de sementes transgênicas. Em entrevista coletiva concedida ontem a rádios de todo o país, Lula informou que ainda não havia tomado uma decisão sobre isso. Ele relatou uma



PROPOSTA Lula sugere "um pouco de pressão em cima do Senado" para votação do projeto

conversa com o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB), em que sugeriu a este fazer "um pouco de pressão em cima do Senado" para apressar a votação da nova Lei de Biossegurança, o que evitaria a edição de uma MP, já que o projeto libera o plantio de organismo geneticamente modificado no Brasil.

Na safra do ano passado, os brasileiros colheram 4,1 milhões de toneladas desse tipo de soja, o que corresponde a 8,2% da produção total. A maior parte dessa safra ficou concentrada no Rio Grande do Sul (88,1%). O Brasil é o maior exportador mundial de soja.

Rádio Senado debate uso de embriões

Projetos importantes em debate na Casa serão discutidos pela Rádio Senado nos dias que antecedem as eleições. Entre eles, a utilização de embriões nas pesquisas científicas e o uso de sementes transgênicas no plantio da próxima safra, que serão tratados hoje pela repórter Patrícia Novaes.

Outro tema será o trabalho da Comissão das Questões Fundiárias. O assunto será abordado em dois blocos, nas próximas segunda e terça-feira, pela repórter Larissa Bortoni. Ela fará um balanço das atividades da comissão e apresentará um diagnóstico dos conflitos entre índios, posseiros e fazendeiros.

Os ouvintes da Rádio Senado também poderão se informar sobre as eleições por meio de matéria do repórter Maurício de Santi, na quarta-feira. Santi vai falar sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de reduzir mais de 8 mil vagas de vereadores no país e explicar as regras eleitorais. Esses informes especiais vão ao ar diariamente nas três edições do *Senado Notícias*, às 8h, 14h10 e 22h.

..... Como acessar

www.senado.gov.br

ou direto em:

<http://www2.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/>

Sugestões pelo e-mail:

OrdemDoDia@senado.gov.br

Tourinho cobra clareza nas contas de telefone

■ Objetivo do senador é permitir ao usuário controlar melhor os seus gastos com ligações locais

Por considerar uma falha dos serviços de telefonia no Brasil a falta de controle do cidadão sobre suas ligações locais, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sugeriu à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que garanta aos usuários uma conta mais transparente.

Ele acredita que inexistência de transparência nas contas das empresas de telefonia fixa porque elas trazem apenas o total de pulsos e o valor a ser pago.

– O usuário não tem como fiscalizar a conta – observou o parlamentar, acrescentando que essa situação provoca



Gerardo Magela

DISTORÇÃO Rodolpho Tourinho lembra que a maioria das faturas traz apenas total de pulsos e valor a ser pago

uma grande sensação de insegurança.

Para Rodolpho Tourinho, a falta de clareza da conta não se justifica diante de toda a modernidade e do dinamismo encontrados atualmente no

setor de telefonia.

Depois de informar que há previsão de mudança no atual padrão de registro de pulsos a partir de 2006, o senador disse, entretanto, que não considera a alteração satisfatória e que não acha necessário esperar tanto tempo para que se assegure a transparência nas contas, já que isso depende de lei.

Tourinho lembrou que, além de ser demorada, a elaboração de uma lei sobre o assunto caracterizaria ingerência na competência da Anatel.

O parlamentar elogiou os serviços prestados por determinada empresa de telefonia fixa que, para cada ligação local, discrimina data, hora de início, hora de término e telefone destinatário.

Azeredo defende fim de impasse Brasil-Argentina

A criação de uma taxa simbólica sobre as transações comerciais dos países do Mercosul – proposta pelo ex-presidente argentino Eduardo Duhalde – pode ser um bom começo para a solução dos problemas de relacionamento entre os países do bloco. A opinião é do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que ressaltou preocupação com o aumento dos problemas comerciais entre Brasil e Argentina nas últimas semanas. O exame da situação, para ele, deve ir além da busca de soluções imediatas e pontuais.

– Afinal, o Mercosul precisa contar com recursos para reduzir as assimetrias entre os países que integram o bloco, para financiar a construção de instituições que o fortaleçam, como o Parlamento Comum e o Tribunal de Resolução de Controvérsias, bem como para ampliar e melhorar a infraestrutura de transporte, logística e segurança exigida por uma autêntica integração – argumentou.

Azeredo lembrou que no dia 20 de dezembro deverá ser realizada em Ouro Preto (MG) nova reunião dos presidentes das nações do Mercosul. De-

nominada de “Ouro Preto 2”, a reunião, na opinião do parlamentar, poderá ser tão importante quanto a que formalizou a criação do organismo, por representar a oportunidade para o desenvolvimento institucional do bloco. O Mercosul foi formalmente criado em 1994, quando os quatro países membros (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) assinaram o Protocolo de Ouro Preto.

As turbulências que acontecem no relacionamento comercial Brasil-Argentina geram uma crise no bloco que, na avaliação do senador, é benigna. Ele apontou, contudo, a necessidade de que até dezembro as relações entre os dois países sejam reexaminadas, com a busca de soluções mais perenes. E advertiu que as divergências comerciais entre as duas nações podem ser muito danosas neste momento em que o Mercosul e a União Européia vão retomar as negociações, após o impasse registrado semanas atrás.

– O fato de o Brasil ter alcançado os recentes avanços na Organização Mundial do Comércio significou um passo decisivo do país rumo a possíveis êxitos nas negociações



Roosevelt Pinheiro

INICIATIVA Eduardo Azeredo diz que criação de taxa é bom começo para solucionar problemas

com a União Européia e com a Alca. Não conseguir similar progresso e estabilização no intercâmbio com a Argentina seria colocar a perder não somente o Mercosul, mas tudo isso – acrescentou.

A frequência com que vêm ocorrendo restrições no comércio Brasil-Argentina, pondera Azeredo, é sintoma de que há necessidade de novo diálogo e negociação. Ele considera legítimo que a Argentina e seus empresários busquem defender os chamados pontos sensíveis de sua economia, mas alega que a solução dos problemas, cuja origem, a seu ver, não é de responsabilidade do Brasil, deve ser debatida e efetuada no quadro da realidade do Mercosul, das obrigações e compromissos que o bloco impõe a todos os parceiros.



Roosevelt Pinheiro

ENERGIA Teotonio Vilela afirma ser necessária a construção de mais 62 hidrelétricas no Brasil

Teotonio alerta para o risco de um novo apagão no país

Para manter os níveis de crescimento projetados pelo governo até o final da década, o Brasil precisará produzir 18% a mais de energia elétrica, destacou o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), advertindo que será preciso o país construir 62 novas hidrelétricas. Elas já estão projetadas, mas, informou, apenas 22 usinas tiveram suas obras iniciadas.

– A segurança energética do país depende do início das outras 40. Do contrário, o apagão é certo, ainda que São Pedro continue a colaborar com o entusiasmo demonstrado nos dois últimos anos – alertou o

Jucá quer mais diplomatas especializados em comércio

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) advertiu que há poucos diplomatas brasileiros especializados em comércio exterior e que contenciosos comerciais, como o recente embargo da China à soja brasileira, devem se tornar cada vez mais frequentes.

– Para a defesa de nossos interesses perante outros países e nos foros internacionais, é essencial que amplie nosso quadro de funcionários especializados em comércio exterior, pois, a despeito de sua competência e dedicação, os diplomatas dedicados a esse tema ainda são poucos e não dispõem de uma infraestrutura adequada para a importantíssima missão que desempenham.

O embargo da China, posteriormente suspenso, foi causado por terem sido encontrados

parlamentar.

Teotonio assinalou que, “para a venda de uma geladeira, um chuveiro elétrico ou um aparelho de ar-condicionado, o país tem que fazer a provisão correspondente de energia”. No caso das indústrias eletrointensivas, como a de alumínio, o consumo de energia chega a ser maior que o de residências em vários estados do Nordeste.

Para o senador alagoano, a falta de planejamento de médio e longo prazos é um dado que preocupa. Ele se manifestou preocupado com a decisão do Ministério de Minas e Energia de insistir na estatização e burocratização do setor, “aumentando as incertezas de investimento e de parceria privada”.

Teotonio salientou que, no início das discussões do programa Fome Zero, “uma das questões mais relevantes era o que fazer com a fortuna de R\$ 50 distribuídos mensalmente por família”. Para evitar que os nordestinos desviassem esse capital todo para supérfluos iogurtes ou bebidas, assinalou, “alguém teve a brilhantíssima idéia de exigir nota fiscal para todas as compras. Não tenho muita certeza se o programa já acabou ou ainda existe em algum comercial de TV, mas com certeza o ministro caiu antes de chegarem as primeiras notas fiscais”.



Moreira Mariz

EMBARGOS Para Romero Jucá, contenciosos comerciais podem se tornar mais frequentes

21 grãos de soja contaminados por fungicida em uma carga de 60 mil toneladas, informou o senador. Jucá perguntou se não teria sido coincidência que o embargo tenha sido decretado em um momento em que os preços da soja estavam em seu pico histórico, mas em vias de baixar, devido à iminência da safra nos Estados Unidos.

Jucá ressaltou não estar defendendo a adoção de práticas desleais ou o início de guerras comerciais e afirmou estar apenas alertando para a necessidade de o Brasil estar pronto para defender seus interesses perante outros países.